

Aviso n.º 1085/2008**Contrato de Prestação de Serviços, em Regime de Avença**

Para os devidos efeitos se torna público que por meu despacho de 30 de Outubro de 2007, foi celebrado por urgente conveniência de serviço um contrato de prestação de serviços em regime de avença com Francisco Manuel Silva Soares e Sandra Manuela Fernandes Novais, com início de funções em 02 de Novembro de 2007, por um período de nove meses, para prestar serviços de Professor de Educação Física na Piscina Municipal.

19 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira da Mota e Silva*.

2611077109

Aviso n.º 1086/2008**Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar da categoria de técnico superior (engenheiro civil) — Estagiário**

Para os devidos efeitos se torna público que por despacho do Presidente da Câmara, proferido em 19 de Novembro de 2007, foi decidido abrir o concurso externo de ingresso para provimento de um lugar da categoria de técnico superior (engenheiro civil) — estagiário do quadro de pessoal do Município de Celorico de Basto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, nos termos dos artigos 27º e 28º do Decreto Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

1 — Foi dado cumprimento ao n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, sendo efectuada consulta à bolsa de emprego público, em 29 de Outubro de 2007, verificando-se não existir pessoal em situação de mobilidade especial prevista nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da referida Lei, tendo a Direcção-Geral da Administração Pública emitido declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido.

2 — O concurso processa-se ao abrigo dos Decretos Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, aplicado à Administração Local pelo Decreto Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Decreto Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

3 — O concurso é válido somente para a vaga posta a concurso.

4 — O conteúdo funcional é o constante do Despacho do Secretário do Estado da Administração Local e do Ordenamento do território, n.º 6871/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 03 de Abril.

5 — Condições de candidatura — poderão candidatar-se todos os indivíduos habilitados com licenciatura em Engenharia Civil.

5.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29º do Decreto Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

5.2 — Nos termos do n.º 2 do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de Fevereiro, poderão candidatar-se indivíduos com deficiência, declarando no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, assim como indicar no requerimento de admissão as respectivas capacidades de comunicação e expressão.

É dispensada a apresentação imediata de documentos comprovativo dessa mesma deficiência.

6 — O método de selecção a utilizar será o de prova oral de conhecimentos e avaliação curricular.

6.1 — A Prova Oral de Conhecimentos terá por objectivo avaliar o grau de motivação e conhecimentos das tarefas a desempenhar, familiaridade com o conteúdo das funções a exercer e com o funcionamento das Autarquias Locais, atitude face às implicações éticas e deontológicas do cargo, facilidade de exposição e de argumentação, bem como o conhecimento das matérias constantes da seguinte legislação: Estatuto Disciplinar, Regime de Férias, Faltas e Licenças, Estatuto Remuneratório, Regime de Recrutamento e Provimento, Carreiras da Função Pública, estatuto de Aposentação e ADSE, Regime Jurídico das Empreitadas e Obras Públicas e as devidas alterações.

6.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular constam de actas de reunião do júri do concurso, sendo facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

6.3 — Classificação final — para a elaboração da lista classificativa será adoptada a escala de 0 a 20 valores e a pontuação final dos concorrentes resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{POC + AC}{2}$$

em que:

CF = classificação final;

AC = avaliação curricular;

POC = prova oral de conhecimento.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas serão formalizadas mediante requerimento, de formato A4, ou em impresso próprio a adquirir na Secção de Pessoal da Câmara Municipal, o qual será dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Celorico de Basto, Praça Cardeal D. António Ribeiro, 4890-220 Celorico de Basto, poderá ser entregue pessoalmente na Divisão de Gestão e Finanças desta Câmara Municipal ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, dentro do prazo atrás indicado, dele devendo constar a identificação completa dos candidatos, bem como a identificação do concurso a que se candidata.

7.1 — O requerimento de admissão a concurso deverá ser acompanhado dos seguintes documentos, sob a pena de exclusão, na falta destes, nos termos do n.º 7 do artigo 31º do Decreto Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias;

b) *curriculum vitae*, devidamente datado e assinado;

c) Fotocópia do Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte.

7.2 — É dispensada inicialmente aos candidatos a apresentação dos documentos referidos no ponto 5.1 deste aviso, à excepção do constante na alínea c) do n.º 2 do artigo 29º, do Decreto Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, desde que para tal declarem sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram, relativamente a cada um dos requisitos.

8 — As listas de admissão e classificação final dos candidatos serão afixadas no átrio do Edifício dos Paços do Concelho e enviadas aos concorrentes em carta registada com aviso de recepção, nos termos dos artigos 34º e 40º do diploma acima referido.

9 — As provas do concurso serão realizadas em data, hora e local a comunicar aos interessados, através de ofício registado, aquando da afixação da lista dos candidatos admitidos e excluídos a concurso.

O júri do concurso terá a seguinte composição:

- Presidente — O Vereador, Eng. Inácio da Cunha Gonçalves Silva, substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal suplente.

- Vogais efectivos — O Director de Departamento, Eng. Arnaldo João Pereira Barros Carneiro e o Chefe de Divisão, António Maria da Silva Andrade.

- Vogais suplentes — O Vereador, Dr. Joaquim Monteiro da Mota Silva e as Chefes de Divisão, Eng.ª Maria Teresa Duarte Henriques Canais Seco e Gilberta Lopes da Silva Andrade.

10 — A remuneração é a correspondente ao índice 321, € 1048,87.

“Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

19 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira da Mota e Silva*.

2611076962

Edital n.º 45/2008**Discussão pública**

Albertino Teixeira da Mota e Silva, presidente da Câmara Municipal de Celorico de Basto, torna público, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 118º do Código de Procedimento Administrativo, conjugado com o disposto nos artigos 27º e 28º do Regime Jurídico de Urbanização e de Edificação e com o disposto no artigo 77º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e por meu despacho de 12 de Dezembro do corrente ano, que a partir do oitavo dia após a publicação no *Diário da República* e pelo prazo de 15 dias se encontra sujeito a discussão pública da alteração do Alvará de Loteamento, sito no lugar do Torrão, freguesia de Arnoia do concelho de Celorico de Basto.

Dentro do prazo referido podem os interessados consultar o processo no Departamento de Gestão Urbanística, Ambiente e Recursos Naturais podendo dirigir à Câmara Municipal as reclamações, sugestões ou indicações a que haja lugar, referindo expressamente “Alteração alvará loteamento 5/95 — Dezembro/07 — Serafina Rosa C. Marinho Lemos Azevedo Ferreira” — Torrão — Arnoia”.

Para constar e devidos efeitos legais se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais de estilo.

19 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira da Mota e Silva*.

2611077189

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA**Aviso n.º 1087/2008**

José Francisco Gomes Monteiro, Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, faz público que, de acordo com o estabelecido

no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, e por deliberação da assembleia Municipal de Celorico da Beira, de 29 de Junho de 2007, sob proposta apresentada pela Câmara Municipal de Celorico da Beira de 19 de Junho de 2007, foi aprovado o Regulamento Municipal de Uso de Fogo e Tabela de Taxas do Concelho de Celorico da Beira, que se publica em anexo.

5 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.

Regulamento Municipal de Uso do Fogo e Tabela de Taxas do Concelho de Celorico da Beira de Uso do Fogo

(Queimas, Fogueiras, Queimadas, Fogo Controlado e Fogo de Artifício)

Preâmbulo

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 264/2002, de 15 de Novembro, foram transferidas para as Câmaras Municipais competências dos Governos Cívicos em matéria consultiva, informativa e de licenciamento.

O Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro, veio estabelecer o regime jurídico da actividade de realização de fogueiras e queimadas quanto às competências para o seu licenciamento. Porém, de acordo com o estabelecido pelo novo quadro legal, Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, que define o Sistema Nacional de Prevenção e Protecção Florestal Contra Incêndios, e porque foram criados condicionalismos ao uso do fogo, torna-se pertinente a elaboração deste Regulamento, que regulamenta a realização de queimadas, queima de sobrantes resultantes de actividades agro-florestais, fogueiras, lançamento de foguetes e uso de fogo controlado.

CAPÍTULO I

Disposições legais

Artigo 1.º

Objectivo e âmbito de aplicação

O presente regulamento estabelece o regime de licenciamento de actividades cujo exercício implique o uso do fogo.

Artigo 2.º

Delegação e subdelegação de competências

As competências neste regulamento conferidas à Câmara Municipal podem ser delegadas no Presidente de Câmara, com faculdade de subdelegação nos Vereadores e nos dirigentes dos Serviços Municipais.

CAPÍTULO II

Definições

Artigo 3.º

Noções

Para efeitos do disposto no presente regulamento entende-se por:

- a) “*Artefactos pirotécnicos*”, são exemplos balonas, baterias, vulcões, fontes e candela romana, entre outros;
- b) “*Balões com mecha acesa*”, invólucros construídos em papel ou outro material, que tem na sua constituição um pavio /mecha de material combustível, o pavio/mecha ao ser iniciado e enquanto se mantiver acesso provoca o aquecimento do ar que se encontra no interior do invólucro e consequentemente a sua ascensão na atmosfera, sendo a sua trajectória afectada pela acção do vento;
- c) “*Biomassa vegetal*”, Qualquer tipo de matéria vegetal, viva ou seca, amontoada ou não;
- d) “*Contra fogo*”, técnica que consiste em queimar vegetação, contra o vento, num local para onde se dirige o incêndio, destinando-se a diminuir a sua intensidade, facilitando o seu domínio e extinção;
- e) “*Espaços Florestais*”, os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas;
- f) “*Espaços rurais*”, espaços florestais e terrenos agrícolas;
- g) “*Fogo controlado*”, o uso do fogo na gestão de espaços florestais, sob condições, normas e procedimentos conducentes à satisfação de objectivos específicos e quantificáveis e que é executada sob responsabilidade de técnico credenciado;

h) “*Fogueira*”, a combustão com chama, confinada no espaço e no tempo, para aquecimento, iluminação, confecção de alimentos, protecção e segurança, recreio e outros afins;

i) “*Foguetes*”, são artifícios pirotécnicos que têm na sua composição um elemento propulsor, composições pirotécnicas e um estabilizador de trajectória (cana ou vara);

j) “*Período crítico*”, o período durante o qual vigoram medidas e acções especiais de prevenção contra incêndios florestais, por força de circunstâncias meteorológicas excepcionais, este período é definido por portaria do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

k) “*Queima*”, uso do fogo para eliminar biomassa vegetal amontoada, incluindo sobrantes de exploração e eliminação de restolho;

l) “*Queimada*”, uso do fogo para eliminar biomassa vegetal não acumulada, incluindo renovação de pastagens;

m) “*Recalda incandescente*”, qualquer componente ou material que incorpora um artifício pirotécnico que após lançamento deste, possa cair no solo a arder ou apresentar uma temperatura passível de iniciar a combustão de qualquer vegetação existente no solo;

n) “*Sobrantes de Exploração*”, material lenhoso e outro material vegetal resultante de actividades agro-florestais.

Artigo 4.º

Índice de risco temporal de incêndio florestal

1 — O índice de risco temporal de incêndio estabelece o risco diário de ocorrência de incêndio florestal, cujos níveis são reduzido (1), moderado (2), elevado (3), muito elevado (4) e máximo (5), conjugando a informação do índice de risco meteorológico produzido pelo Instituto de Meteorologia com o estado de secura dos combustíveis e o histórico das ocorrências, entre outros.

2 — O índice de risco temporal de incêndio é elaborado pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

3 — O índice de risco temporal de incêndio pode ser consultado diariamente no Gabinete Técnico Florestal (GTF) da Câmara Municipal de Celorico da Beira.

CAPÍTULO III

Condições de uso do fogo

Artigo 5.º

Queimadas

1 — A realização de queimadas, definidas no artigo 3.º, deve obedecer às orientações emanadas pela comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios.

2 — A realização de queimadas só é permitida após licenciamento na respectiva câmara municipal, ou pela junta de freguesia se a esta for concedida delegação de competências, na presença de técnico credenciado em fogo controlado ou, na sua ausência, de equipa de bombeiros ou de equipa de sapadores florestais.

3 — Sem acompanhamento técnico adequado, a queima para realização de queimadas deve ser considerada uso de fogo intencional.

4 — A realização de queimadas só é permitida fora do período crítico e desde que o índice de risco temporal de incêndio seja inferior ao nível elevado.

Artigo 6.º

Queima de sobrantes e realização de fogueiras

1 — Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, não é permitido:

- a) Realizar fogueiras para recreio ou lazer e para confecção de alimentos, bem como utilizar equipamentos de queima e de combustão destinados à iluminação ou à confecção de alimentos;
- b) Queimar matos cortados e amontoados e qualquer tipo de sobrantes de exploração.

2 — Em todos os espaços rurais, fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo, mantêm-se as restrições referidas no número anterior.

3 — Exceptua-se do disposto na alínea a) do n.º 1 e no número anterior, quando em espaços não inseridos em zonas críticas, a confecção de alimentos desde que realizada nos locais expressamente previstos para o efeito, nomeadamente nos parques de lazer e recreio e outros quando devidamente infra-estruturados e identificados como tal.

4 — Exceptua-se do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 a queima de sobrantes de exploração decorrente de exigências fitossanitárias de

cumprimento obrigatório, a qual deverá ser realizada com a presença de uma unidade de um corpo de bombeiros ou uma equipa de sapadores florestais.

5 — Sem prejuízo do disposto, quer nos números anteriores, quer em legislação especial, é proibido acender fogueiras nas ruas, praças e demais lugares públicos das povoações, bem como a menos de 30 metros de quaisquer construções e a menos de 300 metros de bosques, matas, lenhas, searas, palhas, depósitos de substâncias susceptíveis de arder e independentemente da distância, sempre que se preveja risco de incêndio.

6 — Pode a Câmara Municipal licenciar as tradicionais fogueiras de Natal e dos Santos Populares, estabelecendo as condições para a sua efectivação e tendo em conta as precauções necessárias à segurança das pessoas e bens.

Artigo 7.º

Fogo Controlado

1 — O fogo controlado só pode ser realizado sob orientação e responsabilidade de técnico credenciado pela Direcção-Geral de Recursos Florestais (DGRF).

2 — O Plano de Fogo Controlado deverá ser apresentado, com pelo menos 20 dias de antecedência, ao Núcleo Florestal e ao GTF da Câmara Municipal de Celorico da Beira.

3 — A entidade proponente do fogo controlado, submete o Plano de Fogo Controlado, já com parecer do Núcleo Florestal, para apreciação e aprovação pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

4 — A realização de fogo controlado só é permitida fora do período crítico e desde que o índice de risco temporal de incêndio seja inferior ao nível elevado.

Artigo 8.º

Outras Formas de Fogo

1 — Nos espaços florestais, durante o período crítico, não é permitido fumar ou fazer lume de qualquer tipo no seu interior ou nas vias que os delimitam ou os atravessam.

2 — Fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo mantêm-se as restrições referidas no número anterior.

Artigo 9.º

Pirotecnia

1 — Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.

2 — Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da Câmara Municipal.

3 — Fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo, mantêm-se as restrições referidas nos números anteriores.

4 — O pedido de autorização deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.

Artigo 10.º

Apicultura

1 — Durante o período crítico, não são permitidas as acções de fumação ou desinfestação em apiários, excepto se os fumigadores estiverem equipados com dispositivos de retenção de faúlhas.

2 — Fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo, mantêm-se as restrições referidas no número anterior.

Artigo 11.º

Contra-fogo

Em todos os espaços rurais é permitida a realização de contra-fogo decorrente de acções de combate aos incêndios florestais.

CAPÍTULO IV

Licenciamentos

Artigo 12.º

Licenciamento

As situações ou casos não enquadráveis na proibição de realização de fogueiras, a efectivação das tradicionais fogueiras de Natal

e dos Santos Populares, bem como a realização de queimadas e uso de fogo de artifício carecem de licenciamento/autorização prévia da Câmara Municipal.

Artigo 13.º

Pedido de licenciamento de queimadas

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º do presente regulamento, o pedido de licenciamento para a realização de queimadas é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com 10 dias úteis de antecedência, através de requerimento próprio, do qual deverá constar:

- a) O nome, a idade, o estado civil, residência do requerente e contacto telefónico;
- b) Local da realização da queimada;
- c) Data proposta para a realização da queimada;
- d) Medidas e precauções tomadas para a salvaguarda da segurança de pessoas e bens.

Artigo 14.º

Instrução do licenciamento de queimadas

1 — O pedido de licenciamento deve ser analisado pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF)/Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC), no prazo de 5 dias, considerando, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Informação meteorológica de base e previsões;
- b) Estrutura de ocupação do solo;
- c) Estado de secura dos combustíveis;
- d) Localização de infra-estruturas.

2 — O GTF/SMPC, sempre que necessário, pode solicitar informações e ou pareceres a outras unidades orgânicas da Câmara Municipal e ou a entidades externas.

3 — O GTF/SMPC deve dar conhecimento desse parecer às Autoridades Policiais e aos Bombeiros.

4 — De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 4.º do presente regulamento, o GTF/SMPC deve validar ou não o seu parecer.

Artigo 15.º

Emissão de licença para queimadas

1 — A licença emitida fixará as condições que tenham sido definidas ou impostas no licenciamento.

2 — De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo anterior, a licença será emitida na tarde do dia útil que antecede a realização da queimada.

3 — Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 4.º se a queimada ocorrer fora dos dias úteis deve o GTF/SMPC informar o requerente da impossibilidade da realização desta.

4 — Na impossibilidade da realização da queimada na data prevista o requerente deve indicar em requerimento, nova data para a queimada, aditando-se ao processo já instruído.

Artigo 16.º

Pedido de licenciamento de fogueiras

O pedido de licenciamento para a realização de fogueiras, nos termos do n.º 6 do artigo 6.º, é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com 15 dias úteis de antecedência, através de requerimento próprio, devendo este ser apresentado pelo responsável das festas ou representante da comissão de festas, quando exista, indicando os seguintes elementos:

- a) O nome, a idade, o estado civil, residência do requerente e contacto telefónico;
- b) Local da realização da fogueira;
- c) Título de propriedade e autorização do proprietário do terreno, quando se justifique;
- d) Data proposta para a realização da fogueira;
- e) Medidas e precauções tomadas para a salvaguarda da segurança de pessoas e bens.

Artigo 17.º

Instrução do licenciamento de fogueiras

1 — O pedido de licenciamento deve ser analisado pelo GTF/SMPC no prazo de 5 dias, considerando, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Informação meteorológica de base e previsões;
- b) Estrutura de ocupação do solo;

- c) Estado de secura dos combustíveis;
- d) Localização de infra-estruturas.

2 — Após recepção do pedido de licenciamento deve ser solicitado parecer à Junta de Freguesia da área respectiva, o qual deve ser recepcionado na Câmara Municipal no prazo de 5 dias, sob pena de ser considerado favorável.

3 — De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 4º do presente regulamento, o GTF/SMPC deve validar ou não o seu parecer.

Artigo 18.º

Emissão de licença de fogueiras

1 — A licença emitida fixará as condições que tenham sido definidas ou impostas no licenciamento.

2 — Após a emissão de licença deve dar-se conhecimento aos Bombeiros.

Artigo 19.º

Pedido de autorização prévia de lançamento de fogo de artifício

O pedido de autorização prévia para o lançamento de fogo de artifício, nos termos do n.º 2 do artigo 9º, é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com 15 dias úteis de antecedência, através de requerimento próprio, do qual deverá constar:

- a) O nome, a idade, o estado civil, residência do requerente e contacto telefónico do responsável das festas ou representante da comissão de festas, quando exista;
- b) Data proposta para o lançamento do fogo de artifício;
- c) Local de lançamento do fogo;
- d) Medidas e precauções tomadas para a salvaguarda da segurança de pessoas e bens.

Artigo 20.º

Instrução da autorização prévia de lançamento de fogo de artifício

1 — O pedido de autorização prévia deve ser analisado pelo GTF/SMPC, no prazo de 5 dias, considerando, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Informação meteorológica de base e previsões;
- b) Estrutura de ocupação do solo;
- c) Estado de secura dos combustíveis;
- d) Localização de infra-estruturas.

2 — O GTF/SMPC, sempre que necessário, pode solicitar informações e ou pareceres a outras unidades orgânicas da Câmara Municipal e ou a entidades externas.

3 — O GTF/SMPC deve dar conhecimento desse parecer às Autoridades Policiais e aos Bombeiros para certificar a sua disponibilidade, para fiscalizarem e avaliarem a necessidade da sua presença, respectivamente.

4 — De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 4º do presente regulamento, o GTF/SMPC deve validar ou não o seu parecer.

Artigo 21.º

Emissão de autorização prévia de lançamento de fogo de artifício

1 — Sem contrariar o disposto no artigo 9.º do presente regulamento é entidade emissora da autorização prévia de lançamento de fogo de artifício a Câmara Municipal de Celorico da Beira.

Artigo 22.º

Emissão de Licença de lançamento de fogo de artifício

1 — Após a emissão de autorização prévia e de acordo com a alínea c), do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 376/84 de 30 de Novembro, o requerente dirigir-se-á Guarda Nacional Republicana onde será emitida a Licença.

2 — A concessão da licença para o lançamento de fogo de artifício, depende do prévio conhecimento das corporações de bombeiros local, com vista à tomada das indispensáveis medidas de prevenção contra incêndios.

Artigo 23.º

Fiscalização

1 — A fiscalização do estabelecido no presente regulamento, compete à Câmara Municipal, bem como às autoridades policiais e fiscalizadoras.

2 — As autoridades policiais e fiscalizadoras que verifiquem infracções ao disposto no presente diploma devem elaborar os respec-

tivos autos de contra-ordenação, que remetem à Câmara Municipal no mais curto espaço de tempo para esta proceder à instrução e aplicação da coima.

3 — Todas as entidades fiscalizadoras devem prestar à Câmara Municipal a colaboração que lhe seja solicitada.

CAPÍTULO V

Sanções

Artigo 24.º

Contra-ordenações e coimas

1 — As infracções ao disposto no presente regulamento constituem contra-ordenações puníveis com coima, nos termos previstos nos números seguintes.

2 — Constituem contra ordenações:

a) As infracções ao disposto sobre queimadas, são puníveis com coima cujos valores no caso de pessoa singular são de 140 € (cento e quarenta euros) a 5000 € (cinco mil euros) e tratando-se de pessoa colectiva vão de 800 € (oitocentos euros) a 60 000 € (sessenta mil euros);

b) A realização, sem licença, das fogueiras de Natal e dos Santos Populares, punida com coima de 30 € (trinta euros) a 1000 € (mil euros), quando da actividade proibida resulte perigo de incêndio, e de 30 € (trinta euros) a 270 € (duzentos e setenta euros) , nos demais casos.

c) As infracções ao disposto sobre queima de sobranes e realização de fogueiras, sobre pirotecnia e sobre apicultura, são puníveis com coima, cujo montante mínimo é de 140 € (cento e quarenta euros) e o máximo de 5000 € (cinco mil euros) tratando-se de pessoa singular e tratando-se de pessoa colectiva o montante mínimo é de 800 € (oitocentos euros) e o máximo é de 60 000 € (sessenta mil euros);

Artigo 25.º

Sanções acessórias

1 — Consoante a gravidade da contra-ordenação e a culpa do agente, pode ser aplicada, cumulativamente com as coimas previstas na alínea c) do n.º 2 do artigo 24º, quanto à queima de sobranes e realização de fogueiras, a sanção acessória de suspensão de autorizações, licenças e alvarás.

2 — A sanção acessória referida no número anterior tem a duração máxima de dois anos contados a partir da decisão condenatória definitiva.

3 — A determinação da medida da coima é feita nos termos do disposto no regime geral das contra-ordenações.

4 — A tentativa e a negligência são puníveis.

Artigo 26º

Reposição coerciva da situação

1 — A entidade com competência para instauração do processo de contra-ordenação pode notificar o infractor para este repor a situação tal como esta existia antes da prática do facto ilícito, fixando-lhe o prazo para o efeito de 48 horas, sob pena de se substituir ao infractor, debitando-lhe o respectivo custo, calculado com base na tabela de preços em vigor.

2 — Quando a Câmara Municipal proceder à reposição da situação ou a qualquer outra situação decorrente do disposto no presente regulamento, o pagamento dos encargos, se não for efectuado voluntariamente no prazo de 20 dias a contar da notificação para esse efeito, será cobrado coercivamente.

Artigo 27.º

Levantamento, instrução e decisão das contra-ordenações

1 — O levantamento dos autos de contra-ordenação previstos nas alíneas a), b) e c), do n.º 2 do artigo 24.º do presente regulamento, respectivamente, compete à Câmara Municipal, assim como às autoridades policiais e fiscalizadoras.

2 — A instrução dos processos de contra-ordenação compete à Câmara Municipal nos casos de contra ordenação previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 24º do presente regulamento.

3 — Compete ao presidente da Câmara Municipal a aplicação das coimas previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 artigo 24.º do presente regulamento bem como a respectiva sanção acessória.

Artigo 28.º

Destino das coimas

1 — A afectação do produto das coimas cobradas em aplicação das alíneas a), b), c) do n.º 2, do artigo 23.º deste regulamento far-se-á da seguinte forma:

- a) 10% Para a entidade que levantou o auto;
- b) 90% Para a entidade que instruiu o processo e aplicou a coima.

Artigo 29.º

Medidas de tutela de legalidade

As licenças e autorizações concedidas nos termos do presente diploma podem ser revogadas pela Câmara Municipal a qualquer momento, com fundamento na infracção das regras estabelecidas para a respectiva actividade e na inaptidão do seu titular para o respectivo exercício.

Artigo 30.º

Taxas

1 — Pela prática dos actos referidos no presente regulamento, bem como pela emissão das respectivas licenças, são devidas as taxas fixadas no anexo 1 deste regulamento.

2 — Os valores das taxas constantes em anexo a este regulamento, serão actualizados anualmente em função dos índices de inflação anuais publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

3 — A actualização referida na alínea anterior deverá ser efectuada até ao dia 1 de Março de cada ano e publicada antes da sua entrada em vigor por um prazo de 15 dias nos locais públicos de costume.

4 — Por motivos devidamente fundamentados poderão existir actualizações extraordinárias. Tais actualizações têm de ser aprovadas pela Assembleia Municipal, sendo nesses casos sujeitas a publicação, nos termos do n.º anterior.

CAPÍTULO VI**Disposições Finais**

Artigo 31.º

Entrada em vigor

1 — Nos casos omissos no presente regulamento aplica-se a legislação em vigor.

2 — No caso de existirem dúvidas de interpretação, estas serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 32.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal.

(O presente regulamento entra em vigor 15 dias úteis sobre a sua publicação, no *Diário da República*, 2.ª série.)

Artigo 33.º

Norma revogatória


São revogadas todas as disposições constantes de posturas e ou regulamentos municipais contrários ao presente regulamento.

ANEXO I**Tabela de taxas**

Rubrica das taxas	Periodicidade da licença/autorização	Valor (em euros)
Licença para realização de fogueiras de Natal e Santos Populares.	Por fogueira	a) 10
Licença para realização de queimadas.	Por queimada	5
Autorização para lançamento de fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos.	Por festa	10

a) Alteração ao valor da taxa da licença de € 3 para € 10 atendendo ao valor diminuído estabelecido.

Anexo 2

 MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA	DESPACHO
	O Presidente da Câmara Municipal José Francisco Gomes Monteiro
Autorização para realização de queimadas Requerimento/ Licença	

A PREENCHER PELO REQUERENTE

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de Celorico da Beira

Nome _____, de _____ anos de idade,
estado civil _____, residente em _____, freguesia de _____,
código postal _____, telefone n.º _____,
Contribuinte fiscal n.º _____, portador do Bilhete de Identidade n.º _____,
emitido em _____ pelo Serviço de Identificação Civil de _____,
na qualidade de _____.

Vem requerer a Vossa Ex.a a necessária licença para o exercício da actividade de realização de uma queimada, nos termos do Dec. Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, a realizar em _____, freguesia de _____, em _____.

A área a queimar é constituída por (1) _____.

As medidas e precauções tomadas para salvaguarda da segurança de pessoas e bens são: _____.

Pede deferimento.

Celorico da Beira, _____ de _____ de _____.

O Requerente, _____.

(1) Indicar a vegetação existente: Matos, árvores, falhas, feno, silvas, vidoeiros.


Parecer: _____

A Técnica: _____

Pago pela guia n.º _____, em _____ de _____.

Elementos a juntar: planta de localização.

Anexo 3

 MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA	DESPACHO
	O Presidente da Câmara Municipal José Francisco Gomes Monteiro
Autorização para realização de fogueira de Natal ou Santos Populares Requerimento/ Licença	

A PREENCHER PELO REQUERENTE

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de Celorico da Beira

Nome _____, de _____ anos de idade,
estado civil _____, residente em _____, freguesia de _____,
código postal _____, telefone n.º _____,
Contribuinte fiscal n.º _____, portador do Bilhete de Identidade n.º _____,
emitido em _____ pelo Serviço de Identificação Civil de _____,
na qualidade de _____.

Vem requerer a Vossa Ex.a a necessária licença para o exercício da actividade de realização de fogueira de Natal ou Santos Populares, nos termos do Dec. Lei n.º 310/2002 de 18 de Dezembro, a realizar em _____, freguesia de _____, em _____.

As medidas e precauções tomadas para salvaguarda da segurança de pessoas e bens são: _____.

Pede deferimento.

Celorico da Beira, _____ de _____ de _____.

O Requerente, _____.

Parecer: _____

A Técnica: _____

Pago pela guia n.º _____, em _____ de _____.

Elementos a juntar: planta de localização.

